

**Exmo. Senhor**

**Presidente da 11.ª Comissão Parlamentar  
de Ambiente, Energia e Ordenamento do  
Território,**

**Deputado José Maria Cardoso**

**Assunto:** Audição, com caráter de urgência, do ministro do Ambiente e da Ação Climática a propósito do anunciado encerramento da refinaria da Galp, em Matosinhos.

A Galp anunciou hoje à autoridade de supervisão da Bolsa (CMVM) o fim da operação da refinaria de Matosinhos. Esta é uma decisão com enorme alcance para a economia nacional e para a região Norte do país. Que tal decisão possa ser tomada sem qualquer forma de responsabilidade pública, ainda mais no presente quadro económico e social, é a demonstração do erro que foi a privatização das infraestruturas estratégicas do país.

O governo reagiu às decisões da Galp justificando-as por estarem *“alinhas com os compromissos decorrentes dos acordos de Paris”*. É propaganda sem fundamento: a redução de emissões só pode ser resultado de alterações nos processos de produção de eletricidade, alimentos ou de transportes. De resto, um dos piores erros que se pode cometer face à crise climática é apresentar a transição energética como uma ameaça ao emprego e aos direitos dos trabalhadores.

O fecho de uma refinaria não reduz emissões. Por si só, pode apenas aumentar a necessidade de importações fósseis se, na retoma económica, os padrões de produção e consumo não forem alterados. É isso, aliás, que se antevê no [comunicado da Galp](#), que anuncia a expansão da capacidade da refinaria de Sines em diversos domínios e a manutenção em Matosinhos da *“operação das principais instalações de importação, armazenamento e expedição de produtos”*.

O governo deve, por isso, explicar [os termos em que pretende mobilizar para este processo verbas do Fundo para a Transição Justa](#), quando é evidente que ele não diz respeito ao cumprimento de metas de redução de emissões, mas sim ao aumento da rentabilidade acionista da Galp.

Esta contenção de custos, a maior da história da Galp, põe em perigo os 700 postos de trabalho da refinaria (cerca de 300 efetivos e 400 prestadores de serviços). Porém, o Estado, que é ainda o segundo acionista da empresa (7,5%), limita-se a pedir “*sensibilidade social*”. O mesmo Estado que não se opôs ao pagamento pela Galp do dividendo acionista mais elevado de sempre, em percentagem e em valor, decisão tomada já durante a pandemia. Ou que encarou com naturalidade os investimentos massivos da empresa no Estado espanhol, de onde virá, em breve, muito do que agora Portugal deixará de produzir.

O fim da refinaria de Matosinhos em plena crise causa escândalo porque é um novo fator de aumento do desemprego, dependência externa e desindustrialização. Está em causa, além da refinação, o fim da área de produtos químicos e betumes da Galp e o enfraquecimento da sua ligação ao complexo industrial de Estarreja.

O governo não pode limitar-se a ficar “*disponível para uma reunião*” com a Galp. Este processo deve ser travado. A redução da capacidade de refinação em Portugal só é aceitável se corresponder a uma redução permanente (e não circunstancial, sob pandemia) das necessidades nacionais de combustíveis. Perante as alterações climáticas, essa redução das necessidades é urgente e impõe um plano público. Mas o fecho da refinaria de Matosinhos não tem a ver com o cumprimento de metas de redução de emissões. É uma decisão selvagem dos donos da Galp que, à entrada da presidência portuguesa da União Europeia, o governo quer subsidiar, pintando-a com tintas de êxito ambiental.

No sentido de esta Comissão e a Assembleia da República conhecerem os termos em que o Governo pretende atuar sobre o anunciado processo de encerramento da refinaria da Galp, em Matosinhos, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem, por este meio, **requerer a audição, com caráter de urgência, do ministro do Ambiente e da Ação Climática.**

Assembleia da República, 21 de dezembro de 2020

Os deputados e a deputada,

Nelson Peralta,

Jorge Costa,

Maria Manuel Rola,

José Soeiro,

Luís Monteiro